

Aspectos Importantes da Cultura-Surda e Literatura-Surda para o Ensino e o Aprendizado da Língua Portuguesa-Escrita para Pessoas Surdas

José Vicente Rodrigues. Silva (UnB)¹

Introdução

Neste artigo, refletiremos sobre parte dos resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado que investiga a importância da literatura para o processo de construção do leitor surdo no contexto da Escola Bilíngue Libras e Português Escrito de Taguatinga (EBLT), localizada em Brasília, Distrito Federal. O objetivo geral da pesquisa é verificar como a EBLT aborda os conteúdos de literatura surda, a literatura oralizada e outras artes com a finalidade de demonstrar a relevância desses estudos para o aprendizado da leitura e escrita de Libras e Língua Portuguesa.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Brasil, mais de 10 milhões de pessoas possuem deficiência auditiva. O número corresponde a 5% da população. Mesmo assim, a maior parte dos brasileiros surdos não sabe se comunicar pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), conforme estudos de Silva (2008). No contexto do Distrito Federal (DF) dados de 2018 da Companhia de Planejamento do DF (Codeplan) revelam que 0,9% da população distrital declarou possuir algum tipo de deficiência auditiva. Desse total, 90% fazem uso da Língua Brasileira de Sinais, segundo a empresa estatal.

A pesquisa está fundamentada no direito humano à literatura de Candido (2004), nos estudos culturais, nos estudos surdos e no Letramento Literário Cosson (2014).

Ao realizarmos a sistematização das informações por meio da literatura da área e dos normativos sobre o processo histórico, bem como o processo de inclusão dos surdos no ambiente educacional, tais documentos facilmente nos revelam uma série de garantias/direitos que foram conquistados a partir da luta de coletivos surdos, como os grupos de intelectuais surdos, as comunidades surdas, a própria sociedade civil organizada, foram determinantes na

¹ É estudante de Mestrado em Literatura e Práticas Sociais na Universidade de Brasília (UnB), também estuda graduação em Direito na Universidade de Brasília (UnB), é graduado em Língua de Sinais Brasileira-Português como Segunda Língua (UnB) 2019, é graduado em pedagogia pela Faculdade JK (2006), tem pós-graduado em Educação Especial e Educação Inclusiva pela Faculdade Internacional de Curitiba FACINTER (2011). Trabalha no Centro de Referência para Pessoas em Situação de Rua da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, onde atua na aplicação de políticas públicas para pessoas em estado de vulnerabilidade social. Tem interesse em pesquisas sobre: Literatura, Direitos Humanos, Educação Inclusiva, Educação Social de Rua.

e para a história da educação de surdos. Nesse sentido, alertamos para a importância de se observar os processos históricos a partir das transformações sociais ocorridas.

A mudança de paradigma na qual se rompe com as ideias de que os surdos não eram capazes de aprender e por isso deveriam ficar apartados do espaço escolar. Pouco a pouco cede espaço a novas visões que defendiam que os surdos são capazes de representar os sons da fala e que por isso a surdez não deveria ser vista como obstáculos, pois os surdos eram sim capazes de se apropriar do conhecimento.

Metodologia

O artigo se dedicou a reflexão e análise dos documentos normativos da atuação de escolas que trabalham com Educação Bilíngue, Libras Português-Escrito para pessoas surdas do Distrito Federal, Brasil, para confirmar as hipóteses de que muitas das produções literárias dos estudantes surdos não são consideradas como sendo literárias, pois, persiste a crença de que Literatura, é apenas, as obras de autores consagrados da literatura brasileira, os cânones . Para isso, além dessa introdução, o artigo foi subdividido em 3 subtópicos: o primeiro discorre sobre o entrelaçamento entre educação e inclusão; o segundo aborda como ocorreu o processo de discussão sobre a educação inclusiva e sua importância para o empoderamento de sujeitos surdos; e, o terceiro faz referência a literatura surda como afirmação da identidade surda.

Desenvolvimento

A linha tênue que entrelaça educação e inclusão

Sabe-se que, a educação é o principal alicerce da vida social. Pois transmite , amplia a cultura, estende a cidadania, constrói saberes para o trabalho e para a vida em comunidade. Mais do que isso, ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana, à medida que a relação pedagógica adote, como compromisso o horizonte ético e político, a acessibilidade e a emancipação (Brasil, 2001).

Portanto, no desempenho dessa função social transformadora, que busca à construção de um mundo melhor para todos, a educação tem uma tarefa clara em relação à diversidade humana conforme preconiza o documento das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica (Brasil, 2001). Desse modo, a valorização das diferenças, são essenciais para uma aproximação cultural.

Em todo o mundo, durante muito tempo o diferente foi colocado à margem da educação: o estudante com deficiência era atendido apenas em separado ou simplesmente excluído do processo de ensino, com base em padrões de normalidade; a educação especial, quando existente, também mantinha-se apartada em relação à organização e provisão dos serviços educativos (Brasil, 2021).

Nesse sentido, a adoção do conceito de estudantes com deficiência como público alvo da educação especial, da política nacional da educação especial orientada para a inclusão escolar e do horizonte da educação inclusiva implica mudanças significativas, inclusive, em mudança de paradigma. Em vez de se pensar nos estudantes como origem de um problema, exigindo-se dele ajustamento a padrões de normalidade para aprender com os demais, coloca-se para o sistema de ensino e para as escolas o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade dos seus estudantes.

Concretamente, este construir junto requer disposição para dialogar, negociar, aprender, compartilhar e trabalhar de maneira integrada no processo de mudança da gestão e da prática pedagógica. Nesse sentido, o caminho da mudança precisa ser inclusivo, não se restringindo às instâncias educativas, mas pensar a sociedade e todos os espaços como um todo.

A importância da Educação Inclusiva para o empoderamento de sujeitos surdos

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, a partir da criação de duas instituições, a saber: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, hoje é chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC) e do Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, conhecido hoje pelo nome Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). Do século XIX até os dias atuais várias outras instituições foram criadas com o objetivo de garantir a educação dentro do sistema de ensino regular.

Nesse sentido, as últimas décadas vêm sendo marcadas pelo debate acerca da inclusão, como componente fundamental para a universalização do acesso à educação; no desenvolvimento de uma pedagogia focada na criança; na ampliação da participação da família e da comunidade, na formação de redes de apoio e a organização das escolas para a participação e aprendizagem de todos os estudantes de maneira integral.

A discussão acerca da educação inclusiva tem tido papel primordial tanto no cenário internacional quanto em âmbito nacional na luta pelos direitos humanos das pessoas com deficiências. Nesse sentido, cabe mencionar a Declaração de *Jomtien* sobre Educação para todos, a Declaração de Salamanca, a Carta para o Terceiro Milênio e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, resultantes de grandes reuniões internacionais destinadas a debater questões acerca da necessidade de inclusão das pessoas com deficiência. Logo, estes são parte dos documentos utilizados para o desenvolvimento deste estudo.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006), ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 afirma

que “a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação [...]. No seu art. 24, dedicado exclusivamente à educação, aponta que os Estados Partes “assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como a aprendizagem ao longo de toda a vida”

No Brasil, o advento da Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Tem impulsionado uma série de conquistas e ações em prol das Comunidades Surdas que vão desde a criação de cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Letras-Libras, a garantia da inclusão da disciplina Libras Básica nos cursos de Licenciatura, concursos públicos destinados à formação de quadro de professores de Libras e tradutores-intérpretes nas universidades e institutos federais, a tradução do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para Libras, entre outros. Ainda assim, é evidente a necessidade de melhorias nesse campo para qualificar os profissionais da educação em relação ao aprendizado e formação continuada em Libras, especialmente professores que possam ministrar o componente curricular da literatura e outras artes.

Nesse cenário, a oficialização da Língua Brasileira de Sinais para a afirmação da identidade surda foi basilar. Quadros (2006) afirma que:

a política linguística apresenta a possibilidade de reconhecer, de fato, as duas línguas que fazem parte da formação do ser surdo, mas não somente isso, do estatuto de cada língua no espaço educacional. A língua de sinais passa, então, a ser a língua de instrução e a língua portuguesa passa a ser ensinada no espaço educacional como segunda língua (QUADROS, 2006, p 144).

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho, instituiu obrigatoriamente os recursos de legendagem, audiodescrição e interpretação em Libras nas mais diversas manifestações da sociedade. Logo, pode-se dizer que tal normativo buscou assegurar e promover a igualdade de condições das pessoas com deficiência com as demais pessoas. Entretanto, alertamos que a interpretação em Libras não pode ser o português sinalizado. É necessário também observar as especificidades de cada produto (vídeo, filmes, oficinas, peças de teatro, blog, fóruns, etc) e as particularidades de cada Surdo.

É preciso, pois, voltar um pouco no tempo para mencionar que foi a partir da década de 1990 que o ideal da escola inclusiva se fortaleceu. Com base em um movimento mundial em prol da inclusão de pessoas com necessidades especiais. Esse movimento mundial

influenciou as políticas de educação do Brasil. E o Estado brasileiro estabeleceu uma série de responsabilidades de forma a efetivar a inclusão dos estudantes da educação especial, a fim de garantir as condições necessárias de participação e autonomia desses estudantes não apenas no sistema de ensino, mas ao longo da vida em comunidade.

Na sequência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9394/1996 reconhece o direito à educação para todos, propondo um ensino baseado nos princípios de igualdade de condições de acesso, permanência e aprendizagem para todos os estudantes. Ademais, a Lei Federal nº 10.436/02, cujo Art. 1º reconhece a língua brasileira de sinais – Libras – como meio legal de comunicação e expressão, marca novamente uma importante conquista na luta desses grupos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva publicada pelo Ministério da Educação, sancionada pelo Governo Federal por meio dos Decretos nº 186/2008 e nº 6.949/2009, destaca que a garantia do direito à educação seja efetivada por meio do acesso à educação inclusiva em todos os níveis. Percebe-se então que a cada mudança de paradigmas nesse caso “a partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos” (BRASIL, 2008) tem permitido que os surdos tenham acesso a ambientes diversos, antes restrito apenas ao ensino básico quando muito, hoje é possível perceber que estes estudantes chegam ao mestrado, doutorado e pós-doutorado, portanto, acesso total ao desenvolvimento de conhecimento.

Nesse sentido, os normativos em prol da inclusão de pessoas com deficiência vêm desafiando as instituições educacionais a promoverem melhorias de infraestrutura e também de capacitação de seus quadros visando um melhor atendimento desses estudantes por meio da acessibilidade. O ideal é que esses sujeitos surdos possam ter acesso a todos os ambientes de ensino, se antes ficava restrito apenas ao ensino básico, quando muito. Hoje o que se almeja é que cada vez mais esses estudantes surdos possam chegar à universidade pública de qualidade.

Nós temos sim literatura! Construindo um conceito de Literatura-Surda no Brasil

Assim, como foi imprescindível a oficialização da Libras para a afirmação da identidade surda e a construção plena da sua cidadania como grupo social, a prática literária, não apenas de leitura e interpretação, como de produção criativa, igualmente, faz-se fundamental para complementar esse ciclo de empoderamento cultural comunitário.

Para Perlin e Miranda (2003):

Ser surdo é uma questão de vida. Não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência visual. Experiência visual significa a utilização da visão como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente, de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura (2003, p. 218).

Portanto, o sentimento de pertencimento do sujeito surdo a uma comunidade surda é algo que faz com que essa pessoa pertença de fato a uma cultura surda. Nesse sentido, Hall (1997) ao falar sobre o conceito de cultura esclarece que:

“A cultura tem a ver com a produção e intercâmbio de significados – o “dar e receber de significados” – entre os membros de uma sociedade ou grupo. Dizer que duas pessoas pertencem a uma mesma cultura é dizer que elas interpretam o mundo da mesma maneira mais ou menos parecido e podem se expressar, seus pensamentos e sentimentos concernentes ao mundo, de forma que seja compreendida por cada um. Assim sendo, a cultura depende de que seus participantes interpretem, de forma significativa, o que esteja ocorrendo ao seu redor e “entendam” o mundo de forma geral semelhante” (HALL, 1997, p. 2).

Dessa forma, pode-se dizer que esse processo de produção e intercâmbio de significados é que possibilita a engrenagem da transmissão da cultura surda e este movimento de transmissão tem um papel fundamental na construção da identidade, tornando possível a expressão de subjetividades do ser surdo.

Nesse sentido, Strobel (2008, p.112) declara que “a cultura surda é profunda e ampla, ela permeia, mesmo que não a percebamos, como sopro da vida ao povo surdo com suas subjetividades e identidades”.

Já Perlin e Reis (2012) ao falarem sobre cultura surda, observam que:

Quando nos referimos aos surdos e aos estudos surdos no mundo contemporâneo é útil começar pensando que não podemos dizer que hoje existe uma cultura hegemônica, dominante e uma cultura menos boa frágil, pouco útil como a cultura surda. É útil começar refletindo que temos um contexto de diferentes modalidades culturais. A sociedade contemporânea lida com sujeitos provenientes de culturas diferentes e afetados e movidos pela polifonia de discursos que vêm das diversas fontes de informação. Os artefatos contemporâneos, do ponto de vista do surdo, são instituições ancoradas no ponto de vista conservadores ou da substituição e da tolerância (Perlin e Reis, 2012. p. 29.).

Strobel (2008) por sua vez declara que:

[...] cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (Strobel, 2008, p. 24; 2013, p. 29).

Nesse sentido, pode-se afirmar que essa definição abrangente de cultura surda trazida por Strobel no enxerto acima comporta elementos de literatura. Nessa perspectiva, cabe destacar a observação feita pela pesquisadora Sutton-Spence (2021) acerca da literatura em Libras brasileira quando nos diz:

a experiência dos surdos brasileiros faz parte da vida brasileira: a comida, as roupas e as tradições culturais (como as festas e as crenças folclóricas); a natureza, a geografia e a história do país; a vida política, social, econômica e técnica, tudo isso faz parte da literatura em Libras. Por isso, ainda que se trate de uma literatura em língua de sinais feita por pessoas surdas, a literatura em Libras faz parte da literatura brasileira. Além da importância da cultura do país, também tem influência da literatura em língua portuguesa nos assuntos abordados, na estrutura e na sua forma de apresentação (Sutton-Spencer, p. 27).

Na prática pode-se dizer que aspectos da identidade e da cultura surda estão presentes nas obras literárias produzidas por sujeitos surdos, seja nas artes plásticas, no teatro, no cinema, bem como na literatura escrita, primeiro porque é produzida por eles a partir de sua língua, a Libras. Assim, as histórias, as poesias, os poemas, as piadas, o teatro e os mitos que são cotidianamente produzidos nas comunidades surdas servem como evidências da formação de identidade e da cultura surda.

Nesse sentido, a Literatura Surda pode ser compreendida como sinal de afirmação identitária. Antônio Candido (1989) ao falar sobre a criação literária, alerta que:

a criação literária traz como condição necessária uma carga de liberdade que a torna independente sob muitos aspectos, de tal maneira que a explicação dos seus produtos é encontrada sobretudo neles mesmo. Como conjunto de obras de arte, a literatura se caracteriza por essa liberdade extraordinária que transcende as nossas servidões. Mas na medida em que é um sistema de produtos que são também instrumentos de comunicação entre os homens, possui tantas ligações com a vida social, que vale a pena estudar a correspondência e a interação entre ambas. (CANDIDO, 1989. P. 163).

A pesquisadora Karnopp (2008) é enfática ao ressaltar que mesmo que a produções literárias em sinais não tivesse espaço nas escolas, entre os surdos circulavam histórias sinalizadas como: piadas, poemas [relatos de vida] ao contrário do que o autor acredita de que essas histórias sinalizada ocorriam “em espaços longe do controle daqueles que desprestigiavam a língua de sinais”, acreditamos que essas produções literárias ocorriam em todos os espaços, seja ele controlado ou não, pois como nos ensina Antônio Cândido (2004) a literatura possui um processo complexo, visto que faz parte da história da realidade, mas também tem liberdade, portanto, essa complexidade é que faz com a literatura seja um processo humanizador que coloca o homem, a mulher no centro da sua produção.

Sutton-Spence (2021, p. 25) afirma ainda que “a literatura dos surdos criada em Libras é raramente escrita, mas é uma forma de literatura”. E vai além ao afirmar que, se a literatura em Libras não se encaixa na definição de literatura” preexistente, esta deveria mudar para que possa incluir as produções em língua de sinais” (Sutton-Spencer, 2021, p. 25).

Para Sutton-Spence (2021, p. 26) o “conceito de literatura variou e mudou durante a história, [...] não podemos dizer que a literatura “é assim” ou “deve ser assim”. Mas todas as ideias sobre a sua natureza durante a história tem elementos que podemos usar para entender a literatura em Libras hoje” (Sutton-Spencer, 2021, p. 26).

Nesse sentido, Sutton-Spence (2021) chama atenção para o que seria, então, literatura em Libras, assim defende que:

O termo “literatura em Libras” pode se referir a poemas, contos, piadas, jogos e outras formas de arte criativas feitas em Libras que são culturalmente valorizadas. A literatura produzida em Libras é uma forma linguística de celebrar a vida surda e a língua de sinais. Embora tenha as suas origens na língua de sinais cotidiana, essa língua mudou e se destaca por ser “diferente”. Conforme afirma a pesquisadora norte-americana Heidi Rose (2006), a literatura em qualquer língua de sinais mescla a língua, as imagens visuais e a dança, sendo uma mistura de sinais e gestos, uma literatura do corpo e uma literatura de performance (Sutton-Spencer, p. 26).

Sutton-Spence (2021, p. 26) afirma também que “a literatura surda original em Libras, ou seja, a que não foi traduzida da literatura das línguas orais para língua de sinais, é especialmente valorizada na comunidade surda, porque ela mostra as experiências das vidas dos surdos”.

Ainda segundo Sutton-Spence (2021, p. 26-27)

Algumas dessas experiências vivenciadas são iguais às das pessoas ouvintes, mas outras são particulares de pessoas surdas (como a resistência à opressão pela sociedade dos ouvintes, os problemas de educação dos surdos, as alegrias de conhecer a Libras, a experiência visual do mundo dos surdos e os sucessos da comunidade surda). Seja qual for o assunto, a literatura mostra a perspectiva visual de uma pessoa surda através da língua de sinais (Sutton-Spencer, 2021, p. 26-27).

Ao falar acerca da suposta diferença existente entre literatura em Libras e literatura brasileira Sutton-Spence (2021) afirma com propriedade ímpar que:

todos os brasileiros, sejam eles ouvintes ou surdos, podem ter visto alguns exemplos de literatura brasileira em língua portuguesa. Mas sabemos que a literatura brasileira não é feita apenas em português e deve incluir também a literatura do povo brasileiro surdo, que é feita em Libras (Sutton-Spencer, 2021, p. 27).

Ademais, a pesquisadora frisa que “a literatura em Libras faz parte da literatura surda mundial e da literatura brasileira”. Neste ponto estamos totalmente de acordo com Sutton-Spence (2021, p. 28).

Além disso, Sutton-Spence (2021) ao falar acerca dos diversos termos para se referir da literatura produzidas por sujeitos surdos esclarece que “[...] a literatura surda é da comunidade surda e das pessoas surdas, já a literatura em língua de sinais é produzida na língua das pessoas surdas, lembrando que a literatura surda nem sempre está produzida em língua de sinais. Já a literatura em Libras é feita na língua de sinais dos surdos brasileiros” (Sutton-Spencer, 2021, p. 39).

Nesse sentido, para a autora “não existe uma simples definição satisfatória”, acerca dessa discussão (Sutton-Spencer, 2021, p. 39).

Karnopp (2008, p. 2) por sua vez afirma que “a literatura surda tem uma tradição diferente, próxima a culturas que transmitem suas histórias oral e presencialmente.” [...]. Para Karnopp (2008, p. 2) “o registro da literatura surda começou a ser possível principalmente a partir do reconhecimento da Libras e do desenvolvimento tecnológico, que possibilitaram formas visuais de registro dos sinais.” A autora, destaca que “enquanto a Libras não era reconhecida ou enquanto era proibida de ser usada nas escolas, também não existiam publicações ou o reconhecimento de uma cultura surda ou de uma literatura surda”. [...]. (Karnopp, 2008, p. 3).

Considerações

Importante destacar que, a comunidade surda sempre esteve exposta à cultura ouvinte, no entanto, as pessoas surdas possuem uma forma de compreensão distinta da realidade ouvinte, que não passa necessariamente pelo som, mas pela compreensão da realidade visual a partir de uma tradução e interpretação específica, do uso de sinais que compõem a sua comunicação. Nesse aspecto, no que se refere a produção literária não é diferente.

A luta por Direitos Humanos e pelo direito de ter sua própria literatura tem sido uma constante na vida das pessoas surdas incluem, para além do alcance do reconhecimento social positivo de sua história, a transformação dos espaços sociais para que se tornem inclusivos e a possibilidade de convivência respeitosa e pacífica no âmbito institucional.

A Lei Federal n. 13.146/2015, que trata dos Direitos da Pessoa com Deficiência, trouxe um novo e importante entendimento sobre inclusão. Nesse sentido, é a sociedade e os seus espaços, além de suas edificações, que precisam ser reformulados para incluir o diferente, em igualdade de condições aos demais; e não o diferente que precisa se adequar aos espaços e à cultura existentes.

Karnopp (2008) alerta para a importância do registro da literatura surda em Libras uma vez que facilmente pode ser encontrada uma vasta e diversificada literatura, presente em associações de surdos, em escolas, em pontos de encontro da comunidade surda. Algumas

dessas histórias são contadas e resgatadas por surdos idosos e/ou por surdos contadores de histórias (Karnopp 2008, s. n.).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei Nº 9. 394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 fev. 2023.
- BRASIL. **Lei Nº. 10. 436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 21 fev. 2023.
- CANDIDO, Antonio. Literatura de dois gumes. In: **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.
- CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: Vários Escritos. São Paulo: Duas Cidades, 2004, p. 169-191.
- KARNOPP, Lodenir (2008). **Literatura Surda**. Florianópolis: Editora da UFSC. (Coleção Letras Libras Literatura Visual).
- HALL, S. **Cultural Representations and Signifying Practices**. London. 1997.
- HALL, Stuart. **A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo**. Educação & Realidade. Porto Alegre, v.22, n.2, p.15-46, jul/dez,1997.
- STROBEL, Karin (2009). **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC.
- QUADROS, Ronice Müller (organizadora). – Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008. 300.: 21 cm – (Série Pesquisas)
- SUTTON-Spence, Rachel. **Literatura em libras** [livro eletrônico] / Rachel Sutton-Spence; [tradução Gustavo Gusmão]. -- 1. ed. -- Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021. Azul, 2021.
- SKLIAR, Carlos. “**Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade**”. In: (org.). **A Surdez: Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 3. ed, 2005. <http://simec.mec.gov.br/educriativa/detalhe.php?mapid=284>, acesso em jan. de 2023
- PERLIN, Gladis; MIRANDA, Wilson. **Surdos: o narrar e a política**. Ponto de Vista. Florianópolis, n. 05p. 217-226, 2003.
- PERLIN, G. REIS, F. **Surdos: cultura e transformação contemporânea**. In: PERLIN, G. & STUMPF, M. (orgs.). **Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas**. Curitiba: CRV, 2012.